



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

208ª Sessão Ordinária

São Paulo, 26 de abril de 2023.

Pronunciamento do Vereador Alessandro Guedes

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nobres colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos acompanha pela TV Câmara no formato digital das redes, boa tarde.

Vim hoje, Sr. Presidente, falar no Grande Expediente de um assunto muito importante, muito delicado, o qual diz respeito a 3.500 famílias. Estou falando mais propriamente de uma sentença de reintegração de posse que saiu em 18 de abril, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A sentença dispõe sobre a reintegração de posse, onde estão 3.500 famílias, em Guaianases, numa comunidade chamada Jardim Roseira.

Sr. Presidente, no Jardim Roseira há famílias pobres, famílias humildes, que vivem há mais de 10 anos no local. O curioso dessa sentença de reintegração de posse é que diz que os requeridos são invasores desconhecidos. Questiono aqui, e faço o contraponto desses invasores desconhecidos, dizendo que isso não é correto. Na verdade, é incorreto afirmar que os invasores são desconhecidos, afinal, estamos falando de pessoas que vivem lá há mais de 10 anos e, Sr. Presidente, famílias que vão sistematicamente atrás do órgão, que é o CDHU, para tratar da possibilidade, justamente, da regularização fundiária daquele bairro.

Um bairro onde existe mais de uma associação de moradores, associações organizadas. Então, um bairro como esse, que tem seus moradores organizados,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

lutando pela regularização, onde só tem casas de alvenaria, não é um local que tem invasores desconhecidos. Pelo contrário, vou mostrar e vou provar que essas pessoas que vivem lá, Sr. Presidente, ocuparam a terra num determinado momento pela necessidade de morar, entretanto, desde que a ocuparam, discutem com o CDHU a possibilidade de se manterem nela.

O CDHU, para quem não sabe, é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo. A missão do CDHU, que eu passo a ler agora, é a seguinte: “Oferecer soluções habitacionais de interesse social a famílias de baixa renda no território paulista, seguindo diretrizes da política habitacional do estado de São Paulo em três dimensões. Primeira dimensão: social - atender famílias com maior vulnerabilidade social e atuar diretamente na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Segunda: questão econômica - garantir acesso ao financiamento e subsídios compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da companhia. E a terceira: qualidade e sustentabilidade – viabilizar imóveis com projetos de qualidade, infraestrutura e integrados à cidade, garantindo uso e manutenção adequados, respeitando as condições de habitabilidade, acessibilidade, sociabilidade e qualidade urbana ambiental”.

Ou seja, a empresa pública responsável em prover moradias para famílias carentes entrou com uma ação para desapropriar 3.500 famílias. E o que me deixa mais triste, Sr. Presidente, é que este Vereador, que anda nesse bairro desde 2016, que já promoveu algumas vezes – umas quatro ou cinco vezes – junto ao CDHU para tratar do tema e da possibilidade de regularização desse bairro, já tinha recebido um sinal de intenção de regularização daquela terra para aqueles moradores. Não só em uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

reunião - na qual fizemos áudios e vídeos, temos toda ela gravada -, mas também por meio de um documento expedido para o CDHU, ou melhor, através de um requerimento de informação oficial da Câmara Municipal de São Paulo.

Portanto, em 2016, quando começamos a andar lá, fomos no CDHU, começamos a tratar da necessidade da regularização daquelas casas, daquelas famílias, e o CDHU respondeu um ofício deste Vereador, em 11 de junho de 2018 – vai fazer cinco anos –, dizendo o seguinte, Sr. Presidente:

“Interessado: Vereador Alessandro Guedes/Câmara Municipal de São Paulo - Ofício nº 205/2018, de 11 de junho de 2018.

Assunto: Solicitação de providências referentes a acordo para permanência de famílias em áreas do patrimônio da CDHU.

Data: 02/10/2018.

À Superintendência de Projeto de Urbanização

A/C Arq. Renato Daud”.

Esta já é a resposta do CDHU ao nosso ofício pela possibilidade de regularização, e este é o documento, Sr. Presidente, para que os nossos internautas possam acompanhar, cuja leitura passo a fazer agora.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – “Conforme solicitado, encaminho dados referentes às áreas correspondentes aos itens 3 e 4 constantes no Ofício nº 205/2018 de 11 de junho de 2018 enviado à CDHU pelo Vereador Alessandro Guedes,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

no qual indaga sobre providências visando acordo para permanência de famílias ocupantes.

Item 3 – ‘Acordo de permanência dos moradores em terreno situado na Vila Roseira, São Paulo, divisa com Ferraz de Vasconcelos’.

A imagem indicativa anexa ao expediente corresponde ao terreno de propriedade da CDHU denominado SP - Guaianases M, situado à Rua Moreira Neto, Vila São Geraldo, adquirido por desapropriação em 2012, conforme R. 1 da M.173.236 do 7º RI da Capital, com superfície de 85.365,44m².

De acordo com informações obtidas junto à Gerência de Gestão de Parcerias, esse terreno chegou a ser indicado pelo MTST/SMP na Seleção 001/08 do Programa de Parcerias e no âmbito do Programa MCMV, porém não houve seguimento.

Segundo a Superintendência do Contencioso, em fevereiro de 2016, a CDHU ingressou com ação judicial para reintegração na posse contra os ocupantes que ali se instalaram de forma irregular desde agosto de 2015”.

As datas já não batem, já que os moradores estão lá há mais de 10 anos.

“Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia judicial.

Apesar desta área não integrar o rol de ações encaminhadas até o momento à Superintendência de Projetos de Urbanização pela Superintendência do Contencioso visando ao apoio na definição de um diagnóstico da ocupação, podemos afirmar – com base na análise das imagens de satélite apresentadas abaixo – que as atividades da CDHU visando à continuidade do processo de reintegração devem aguardar a conclusão de uma análise mais aprofundada sobre a área. O local encontra-se ocupado por aproximadamente 300 edificações executadas em alvenaria e implantadas de forma organizada sobre parcelamento irregular”.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

Isso não é verdade, porque são 3.500 famílias.

Aqui a imagem de satélite falha, porque acontece o seguinte com quem vive em comunidade: na parte da frente, nos primeiros cinco metros do terreno, vive uma família; na parte de trás, vive outra; na laje, outra; e na parte do fundo da laje, outra. Eu falo com conhecimento de causa, porque sou da comunidade AE Carvalho, uma área também da CDHU, ocupada em 2016, onde até hoje vive a minha família, que desde 1996 tenta a regularização, mas ainda não conseguiu. Na nossa comunidade, em cada quintal há por volta de sete famílias: à frente, atrás, embaixo e em cima do terreno. É assim que o povo consegue se acomodar para poder fugir da pobreza e miséria das ruas ou do aluguel, porque elas não conseguem pagar, e o estado falha em oferecer direito à moradia.

Este documento, decisão do Tribunal, de 2018, fala em “invasores desconhecidos” e, na sua parte final aponta:

“De acordo com nossa análise preliminar, a área em questão apresenta condições favoráveis à consolidação e posterior regularização e comercialização dos lotes junto aos ocupantes. Porém, para que possamos subsidiar a tomada de qualquer decisão, estamos providenciando a elaboração de um Diagnóstico da Intervenção com todas as especificidades da área e que nos permita avançar nos estados de urbanização”.

Este foi o documento, respondido em 2018, que aponta a possibilidade de regularização. Também houve algumas reuniões – das quais inclusive temos vídeos –, sendo que a última aconteceu no ano passado com o Presidente da CDHU, Sr. Silvio Vasconcellos, que disse que a CDHU tem interesse, sim, em entender aquela dinâmica para avançar na regularização para aqueles moradores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

Ocorre, Sr. Presidente, que no dia 18, agora, chegou essa decisão judicial e os moradores ficaram em pânico. Peço para mostrarem as fotos da comunidade.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – A comunidade em pânico, o que a comunidade fez? Ela se manifestou.

Olha só a qualidade das casas. Não existe casa de madeira lá. Existem casas de alvenaria consolidadas que as pessoas construíram, durante muitos anos, através de muito suor e sofrimento, privando a sua família, às vezes, de uma condição melhor de vida, porque precisavam comprar um saco de cimento e um metro de areia, porque tinha indicativo de que ali poderia ser regularizado.

Então, não tem sentido o CDHU, um órgão que tem a responsabilidade de promover habitação aos que mais precisam, oferecer a rua, o despejo para essas famílias. Fomos à rua e estamos nos manifestando. Foram mais de mil famílias à rua no sábado. Fizemos uma passeata que saiu de Ferraz de Vasconcelos e foi até o centro de Guaianazes.

O Deputado Alencar esteve lá e ligou para Secretaria de Habitação e conseguiu já uma agenda com o Secretário-Executivo da Secretaria de Habitação, Sr. Eli Corrêa Filho. Quero agradecer ao Vereador Eli Corrêa também, porque falei com S.Exa. ontem, que ligou para Eli Corrêa Filho, seu filho, e falou da importância desse tema.

Sr. Presidente, pode-se ver a mobilização do povo. Imagine o desespero de quem vive numa área consolidada há mais de 10 anos e que todas as suas economias



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

foram para levantar a sua casinha e, de repente, tem lá uma informação de que as casas serão derrubadas. Quando vem uma notícia dessa, começam a surgir os boatos: “Ah, vai ser a semana que vem”; “Ah, vai ser a outra semana”; “Ah, vai ser amanhã, a polícia já está autorizada a entrar.”

Essa é a foto da manifestação. Ali somos nós andando pela rua. Esta mostra a população, muita gente. Tinham mil pessoas nessa manifestação. Podemos ver crianças ali. As pessoas que vivem há 10 anos no lugar têm crianças que nasceram nessa comunidade, são fruto dessa comunidade. As mães, os pais já têm a escola certa que o seu filho estuda, já têm o lugar certo de atendimento na UBS, têm lugar certo para pegar o ônibus para ir trabalhar. Estamos falando de uma necessidade de regularização e urbanização dessa comunidade.

Precisamos discutir dinheiro do orçamento para poder avançar com guia, com sarjeta, com a água que não chegou ainda, com o saneamento básico, onde vão ficar as praças, onde vai ficar a escola, onde vai ficar a creche na comunidade. Mas não. Estamos, hoje, discutindo a possibilidade de 3.500 famílias ficarem fora da sua moradia.

Junto com o Deputado Alencar Santana, Deputado Rômulo Fernandes e o Deputado Ênio Tatto estamos fazendo uma grande ação indo ao CDHU para falar com o novo Presidente do CDHU, Sr. Reinaldo Iapequino. Estamos indo também à Secretaria de Habitação, que está acima de CDHU, para falar também com o Secretário de Habitação. O que vai ter ali é luta. O que vai ter ali é resistência. O que vai ter ali é a luta pelo direito constitucional pela moradia.

Vou falar uma coisa: somos bons de briga. Quem me conhece sabe que lá na comunidade Pinheirinho, no dia da reintegração de posse, acabei tendo quatro pontos, porque levei uma cacetada da PM na cabeça, defendendo a moradia daquele



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

povo, mas aquele povo está lá graças à sua resistência. Houve sangue, dor, sofrimento, mas o povo venceu.

Se for o caso, lá também haverá de ser da mesma forma, Sr. Presidente. Vamos resistir, vamos lutar. Vamos lutar até quando tivermos forças, junto com todos os Parlamentares que já disse o nome, para que essa página da reintegração seja virada e que a nossa negociação com o CDHU avance para uma regularização e possamos fazer como estamos fazendo no Pinheirinho: discutindo a infraestrutura do bairro, a urbanização do bairro, o asfalto, a água, que é o que a população precisa - qualidade de vida e não o sofrimento, o desespero, o fantasma de uma reintegração. Então, vamos lutar.

Gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. deferisse que as Notas Taquigráficas do meu discurso fossem encaminhadas ao Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. Vou atrás do Prefeito, quando houve a suspensão da reintegração do Pinheirinho. Foi o Prefeito Fernando Haddad que ligou para o Governador Geraldo Alckmin, na época, e acionou o Governador pedindo a suspensão, porque a área seria desapropriada.

Então, se for o caso, vamos pedir a desapropriação da área para o Prefeito Ricardo Nunes. Mas uma coisa é fato: vamos brigar, resistir e não vamos permitir que aquele povo perca suas casas, único patrimônio que conseguiram juntar nessa vida tão sofrida desses moradores do Roseira, em Guaianases.

Muito obrigado, Sr. Presidente, respeitei criteriosamente o tempo. Em breve trarei mais notícias sobre esse tema.